

Considerações sobre juventude e violência urbana

Jailson de Souza e Silva

“O pai de família governa sua mulher e seus filhos como seres livres, mas cada um de um modo diferente: sua mulher como cidadã, seus filhos como súditos. Na ordem natural[...] o macho está acima da fêmea e o mais velho, quando atinge o termo de seus crescimento, está acima do mais jovem, que ainda não alcançou sua plenitude.” (Aristóteles, 2002).

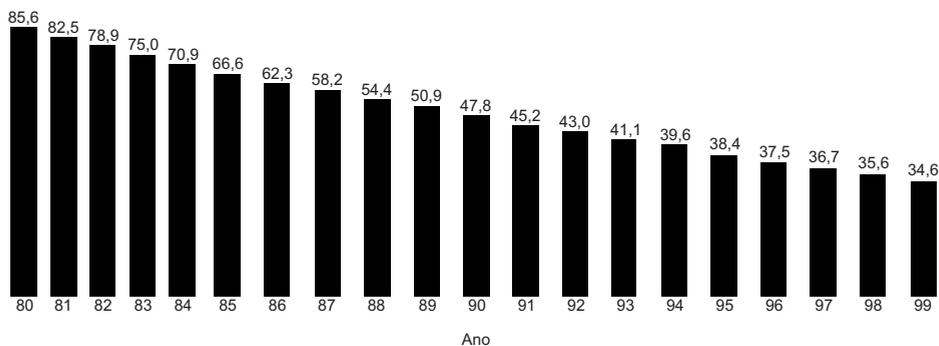
Há alguns anos, em função do meu interesse acadêmico e cidadão pelas práticas sociais desenvolvidas nos espaços populares, tenho me dedicado, dentre outros, a temas vinculados à juventude. Chama-me atenção, em especial, o processo de construção e reconhecimento da identidade do jovem na cidade, assim como os pressupostos “adultocêntricos” dos discursos que tratam a juventude, em especial a pobre, apenas na condição “problema social” e, portanto, “objeto da ação” do Estado ou das instituições sociais. Neste breve artigo, contudo, vou deter-me especialmente nos vínculos dessas formas de representação e sua vinculação com as práticas sociais violentas. Não por que seja a temática que mais me agrada, mas por se tratar de um imperativo ético enfrentar este tema no Brasil atual, e em particular na região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com efeito, tornou-se trivial o progressivo aumento do assassinato de jovens em nosso país. Entre 1991 e 2000, o número de homicídios de jovens aumentou 76%. No ano 2000, as mortes de cidadãos entre 15 e 24 anos responderam por 39,6% das ocorridas no Brasil. Enquanto a média global de homicídios ficou em torno de 32%, a taxa de mortalidade dos jovens foi de 95,6 por 100 mil habitantes, sendo que 75% dessas vítimas foram mortas por armas de fogo.

O fato mais curioso, se é que se pode utilizar este termo, é a relação inversamente proporcional entre a evolução das taxas de mortalidade infantil e juvenil no país: os gráficos podem constituir uma cruz, com a diminuição progressiva e regular da primeira e o crescimento constante da segunda, como demonstram os dados a seguir:

Evolução da mortalidade infantil no Brasil

Número de mortes registradas para cada mil crianças nascidas vivas no País, de 1980 a 1999



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNADs

Na cidade do Rio de Janeiro, em 2000, foram assassinadas 3.306 pessoas – uma taxa de 56,4 para cada 100 mil habitantes. Desses homicídios, 40,5% ocorreram entre adolescentes e jovens (taxa de 259,0 para cada 100 mil). Logo, um jovem carioca tem sete vezes mais chances de ser assassinado do que a média brasileira. No caso dos negros – classificação que reúne os pretos e pardos – o quadro da violência letal adquire o caráter de genocídio: eles têm 2,3 vezes mais chances de morrer do que os jovens brancos.

Caso seja um morador da Zona Norte ou da Zona Oeste o drama é maior, pois as chances de ser assassinado são 18 vezes maiores das de um morador da Zona Sul da cidade. Nos bairros do Leme e Copacabana, por exemplo, foram mortas 17 pessoas no ano de 2004; na região de Rocha Miranda e Acari, foram assassinadas 617 pessoas. Nesta área atua o 9º Batalhão da Polícia Militar, que teve alguns policiais responsabilizados por duas das maiores chacinas da década de 1990, no Rio de Janeiro: a morte de 11 jovens da favela de Acari e de 21 pessoas da favela de Vigário Geral.

Sintetizando: ser negro, jovem e morador da periferia ou da favela é portar um *kit estigma* que gera um risco cotidiano de perder o direito mais fundamental do ser humano, o de sobreviver. Encontrar caminhos para combater esse fenômeno talvez seja a questão mais relevante para a construção de uma vida mais digna e humana nos grandes centros brasileiros atuais.

E na busca de melhor se compreender este fenômeno, cabe levar em devida conta o papel dos grandes meios de comunicação na difusão de uma

representação estigmatizante da juventude negra e pobre. Neste sentido, uma capa de *Veja*, revista semanal de maior circulação do Brasil, me acompanha desde 2001; seguida da manchete “a periferia cerca a cidade”, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura – remetendo à visão de formigas saúvas em movimento – vão *devorando* gradativamente prédios brancos e limpos. O exemplo é ilustrativo do temor atávico em amplos setores sociais das camadas médias e dominantes do Rio de Janeiro, São Paulo e de outras metrópoles brasileiras, de que os “bárbaros” favelados invadam a “cidade”, a *polis*, e esta seja dominada pelo caos.

A cobertura dada pela grande imprensa ao evento de larga expressão simbólica, ocorrido em abril de 2004, no Rio de Janeiro, corrobora a assertiva acima proposta. Em uma noite daquele mês, aconteceu um conflito de grande visibilidade entre traficantes de drogas na Rocinha, antiga favela situada na área mais nobre da cidade. Tal conflito foi denominado pela grande imprensa como a “Guerra da Rocinha”. Na tentativa de invasão daquela comunidade por um grupo armado, foram assassinadas três pessoas: dois moradores locais e uma motorista que passava no túnel que une duas áreas nobres da cidade. Cabe salientar que conflitos como esses, com a morte de várias pessoas inocentes, acontecem com relativa frequência em localidades da periferia do Rio de Janeiro.

Seguindo a lógica natural da ordem social vigente, a motorista, pertencente à “classe média”,¹ que teve a fatalidade de passar de carro justamente na ocasião do conflito, teve muito mais destaque, protestos e lamentações do que a morte do casal de jovens da Rocinha. O mais impressionante, então, foi a postura de responsabilização do conjunto de moradores da Rocinha pelo ocorrido. Com efeito, um número expressivo de articulistas e leitores dos principais jornais da Cidade reivindicava, com indignação e rancor, o “direito de ir e vir” dos moradores da “cidade” – território no qual não incluem a favela – e questionava o direito de existência daquela comunidade, que abriga cerca de 80mil pessoas e se constituiu há mais de 70 anos.

Um outro exemplo do tratamento concedido aos pobres na grande mídia, em particular aos jovens, é bem expresso pelo trecho de uma reportagem do maior jornal do Rio de Janeiro e um dos três mais importantes do país:

“Principal alvo da violência urbana, jovens de “comunidades carentes”² começam a encontrar em escolas dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco a oportunidade de se afastar das drogas e do crime” (O Globo, 8/4/2001).

O juízo subjacente à citação é de que todos os jovens da periferia são potencialmente criminosos e, por isso, precisariam ter o seu tempo ocupado – sem importar muito como – a fim de não seguirem o caminho da criminalidade. O fato de

existirem tão poucas pessoas, proporcionalmente falando, envolvidas com atos criminosos nas grandes cidades brasileiras – considerando-se as precárias condições de vida da população, historicamente – não é levado em conta na afirmação do discurso.

A estereotipia das favelas e de seus moradores se faz presente não só na forma “conservadora”, acima apontada, como também em uma forma pretensamente “progressista”. Na primeira, os jovens aparecem como criminosos em potencial e/ou como colaboradores de forças criminosas. Na representação “progressista”, os residentes em favelas há algumas décadas, eram identificados por alguns setores sociais como “bons favelados”. O juízo estabelecia uma analogia com a visão romântica do “bom selvagem”, símbolo antimoderno de uma cidade racional e individualista. Embora essa idealização ainda se faça presente, tornou-se mais comum, dentre os que assumem a perspectiva “progressista”, sua identificação como “vítimas passivas” – e intrinsecamente infelizes – de uma estrutura social injusta.

Nesse caso, seria justificável que os moradores das favelas, em função de sua lamentável condição social, não pagassem taxas de energia, água, esgoto; pudessem ocupar qualquer tipo de espaço público; comprassem objetos roubados e, no limite, roubassem aqueles mais privilegiados na ordem social. O que essas práticas, efetivadas por uma parcela de moradores das favelas, expressam, na verdade, é a (re)afirmação de uma lógica individualizada no processo de resolução das demandas sociais, postura que dificulta a construção de respostas coletivas para as dificuldades cotidianas presentes nos espaços populares.

A justificativa social de atos criminosos e/ou que violam os direitos da coletividade sustenta-se, também, em uma visão monolítica das práticas afirmadas nos espaços populares, desconhecendo-se as múltiplas redes sociais neles presentes. Assim, a estereotipia “progressista” revela-se incapaz de oferecer alternativas ao discurso “conservador”, e é tão discriminatório quanto este.

O processo de manutenção da hegemonia das formas usuais de poder e da desigualdade, para além das posições ideológicas, *stricto sensu*, é também alimentado, no plano do imaginário social, pela máquina publicitária brasileira. Dotada de recursos técnicos, humanos, simbólicos e ideológicos situados entre os mais avançados do mundo globalizado, o mercado de propaganda nacional teve um papel fundamental na crescente socialização do desejo de consumir produtos específicos e distintivos, em um quadro histórico de manutenção da concentração em uma minoria social da possibilidade de ter acesso a esses produtos distintivos. E em nenhum lugar esse processo se materializa com maior concretude do que nas metrópoles.

Com efeito, o objetivo central da publicidade é a formação do consumidor – um ser “carente” por natureza - e de um mundo onde a regulação ética, moral,

social, econômica e cultural seja o mercado. No modelo proposto, a identidade do ser humano é definida pelo seu padrão de consumo. Nessa dinâmica se constrói a distinção social e seu fundamento necessário é a diferenciação. Os adolescentes e jovens são, por sua vez, o público-alvo fundamental das campanhas e iniciativas publicitárias.

A socialização do desejo de consumir bens materiais referentes para a produção da distinção social aliada à restrição de sua realização a uma pequena parcela da população geram conseqüências perversas. Destaca-se, nesse caso, sua influência no processo de estreitamento progressivo dos tempos e dos espaços existenciais da maioria da população. Esse movimento se manifesta através de dois tipos de práticas sociais: a “presentificação” e a “particularização”. Pierre Bourdieu afirma que “aqueles que não têm, como se costuma dizer, futuro, têm poucas possibilidades para formar o projeto, individual, de criar seu futuro ou para trabalhar no futuro coletivo” (Bourdieu, 1979:8) .

O sociólogo francês está se referindo, particularmente, aos setores sociais mais vulneráveis socialmente, em particular no plano econômico. Todavia, suas palavras definem com precisão o que denomino “presentificação”: uma prática social dominada pela cotidianidade, que se manifesta como um “eterno agora”. Ela caracteriza o que Espinoza vai definir como “prazer” – a busca incessante do que oferece retorno “imediate”, termo antônimo (da alegria), para o filósofo – a busca do que oferece retorno “mediato”.

O estreitamento das referências temporais inibe a possibilidade de trabalhar a utopia como elemento integrante da realidade, em sua possibilidade, e se associa ao particularismo espacial. Nesse caso, a vivência em um território restrito, sem parâmetros mais abrangentes de inserção na cidade, contribui para que o lugar seja o ponto de partida e de chegada da existência. Os moradores dos “lugares” não se sentem, muitas vezes, pertencentes à *polis*, à cidade, na perspectiva grega.

Ora, a redução da vida cotidiana ao particular e ao imediato gera, no limite, a redução das possibilidades para a “humanização”, em uma perspectiva plena e universal. O ser humano presentificado e particularizado, sem noção de passado ou de futuro e voltado para a aquisição de bens materiais distintivos, não investe em projetos de longo prazo, como a educação. Em seu sentido maior, não desenvolve uma maior preocupação ambiental e tem como referência ética fundamental a sua satisfação pessoal e, no limite, a de seu grupo familiar.

Nesse processo, há uma progressiva perda do sentido da vida coletiva. Seu corolário é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança, além da dificuldade em incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público. Essas posturas se tornam o alimento de múltiplas formas de violência na cidade:

educacionais, culturais, sexuais, econômicas, físicas etc. Violências produzidas/ produtoras do esgarçamento do tecido social, fenômeno que amplia a precariedade da qualidade de vida nas grandes cidades.

A centralidade do consumo como um fim em si mesmo, a “presentificação” e a “particularização” existencial geram uma nova forma de hierarquização nas relações entre os indivíduos. Ela se caracteriza, de forma consciente ou não, pela percepção de que o exercício da cidadania não é inerente ao nascimento do indivíduo no Estado-nação, conforme define a Constituição brasileira. O reconhecimento da cidadania é relativizado de acordo com a cor da pele, o nível de escolaridade, a faixa salarial e/ou o espaço de moradia dos residentes na cidade. O juízo se expressa, de forma particular, no menor ou maior grau de tolerância com as diferentes manifestações de violência, de acordo com o alvo da agressão e não com o ato em si. Basta lembrar como difere a postura da mídia e dos órgãos de segurança quando um morador da periferia ou outro das camadas médias/altas sofre uma violência.

As formas tradicionais de representação da violência contribuem para essa hierarquização do valor da vida e para a (re)produção dos pressupostos subalternizantes em relação aos grupos sociais populares, e, em especial, à sua juventude. Na verdade, mais do que a diferença na percepção da “natureza” da violência, ocorre uma grande diversidade no “grau” de tolerância com as suas manifestações. Assim, determinadas práticas são consideradas inaceitáveis para alguns e “inevitáveis” para outros. Essas diferenças se revelam na aceitação – ou não – dos métodos utilizados pela polícia no combate ao tráfico de drogas e da pena de morte informal decretada a uma parcela da população brasileira.

Na busca de uma conceituação que fosse além do ato violento em si e abarcasse as suas expressões no campo das representações, considerando que estas também são elementos fundamentais na (re)produção da agressão, ocorreu-me uma definição proposta por Marilena Chauí (1987). Ela afirma que:

(...) a violência tem uma expressão multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror.

Na proposição da filósofa paulista, a violência se manifesta como o exercício da dominação de um ser sobre o outro e tem como consequência maior a

violação da humanidade deste – e, indo além, do próprio agressor. Assim, o ato violento assume, em suas diversas manifestações, um duplo caráter, simbólico e prático, que funciona como elemento-chave para sua (re)produção nos diversos campos sociais.

Logo, as condições para a superação das práticas de violência presentes na sociedade, especialmente contra as crianças, adolescentes e jovens, implicam o reconhecimento da maior parte delas como um exercício social de dominação, que é reproduzido a partir de pressupostos largamente presentes em nosso cotidiano. Destacam-se, entretanto, o machismo, o racismo e o “adultocentrismo”, mas também manifestações como o “consumismo” - que tem como referência a satisfação imediata do prazer individualista – e o “sociocentrismo”, que estabelece uma hierarquização dos diversos grupos sociais e é a base para a definição diversa do valor da vida humana, além de práticas similares.

A conceituação proposta nos ajuda a reconhecer a violência como uma prática incomodamente presente em nosso cotidiano, nos diversos espaços sociais. Ela não é um ato de exceção, que se manifesta em raras ocasiões ou é praticada apenas por sujeitos enquadráveis no estereótipo clássico de “desequilibrados mentais”, sem consciência de seu ato e de seus desdobramentos. A violência, para nosso desalento, é utilizada por diversos indivíduos, grupos e instituições do Estado como forma de controle social e meio de realização de desejos singulares ou particulares. Não é coincidência, então, que os principais massacres ocorridos no Rio de Janeiro, (e no Brasil), nos últimos anos, todos efetivados por policiais militares – Carandiru, Candelária, Acari, Vigário Geral e, mais recentemente, na Baixada Fluminense – atinjam apenas os territórios populares.

A disseminação das práticas violentas gera, por sua vez, um sentimento crescente de insegurança que invade toda a cidade, inclusive os bairros nobres. E a principal solução, apontada por mais de 50% da população carioca, de diversos grupos sociais, para o enfrentamento do fenômeno é o aumento da presença de policiais nas ruas.³ No caso da utilização de políticas sociais, dentre as quais a distribuição de renda, apenas 2% dos entrevistados avaliam que ela teria eficácia.

O enfrentamento das violências presentes no Rio de Janeiro, portanto, exige a criação de mecanismos que ampliem o tempo e o espaço sociais dos seus moradores, que permitam o reconhecimento da cidade como o espaço do encontro das diferenças, por excelência. E, a esse respeito, os jovens têm muito a ensinar. Nos espaços locais, em diferentes realidades, eles formam contrastantes redes sociais, marcadas pela produção de práticas inovadoras de sociabilidade, de regras de convivência, de parâmetros para disputas pelas posições mais prestigiadas. Eles

formulam, enfim, variados mecanismos para a expressão dos seus desejos, temores e crenças – da subjetividade.

Em uma ordem urbana marcada pela segregação, cada vez mais estão buscando novos contatos, novos espaços, novas redes. Seja, por exemplo, via cultura – música, dança, capoeira, teatro – engajamento na defesa ambiental ou na busca da democratização da educação, como demonstram os cursos pré-vestibulares comunitários. No cotidiano da cidade, das mais variadas formas, diferentes encontros estão ocorrendo, entre jovens e/ou seus grupos.

A palavra da moda, entretanto, em relação aos jovens é limite: a falta de limites os teria deixado sem referências, sem disciplina e sem noção de tempo e espaço. Caberia, então, resgatá-los. O pressuposto é de que um imaginário paradigma da ordem está sendo, de forma assustadora, rompido. E diante disso, a ação do Poder Público do Rio de Janeiro, em geral, tem tido como princípio de sua ação em relação aos jovens a tentativa de delimitar seu espaço de vivência. Nos últimos anos foi fechado o Circo Voador; os bailes funks foram proibidos e os bares do Baixo Gávea, fechados. Na defesa de uma pretensa ordem da cidade, os limites, em algumas ocasiões, não conhecem as fronteiras de classe.

O que os jovens precisam, porém, no plano do poder, é deixar de serem considerados como *objetos* de políticas públicas. De ouvirem palavras, proferidas com ótimas intenções, de que eles devem ser retirados das drogas, da violência e de uma “vida sem projetos”. Isso porque, mesmo quando se fala em torná-los “protagonistas”, a lógica é modelar, enquadrar. Não há a mesma atenção aos jovens no que diz respeito à produção de políticas específicas às suas demandas. Não há estímulo a empregos de qualidade, não se adotam políticas de permanência na escola; não há espaços culturais alternativos; não há respeito das forças policiais em relação a eles. Não há, por fim, um órgão do setor público que tenha como missão construir um conjunto de políticas públicas integradas que reconheçam os jovens como atores centrais, em todo o processo.

O desafio maior, portanto, não é, simplesmente, definir “limites” para os jovens singulares. Mas sim, criar espaços ampliados para a expressão coletiva de seus desejos, espaços de exercício do poder. Afinal, como definir limites sem discutir o poder? Até agora, os discursos “adultocêntricos” buscaram apenas exigir dos jovens das cidades – e dos campos – que subam a rocha montanha acima e cumpram sua pena, como novos Sísifos. Cabe, todavia, estimular a construção de um novo discurso hegemônico. Nele, repetindo a ousadia do nosso mítico transgressor, tão humano, espaços serão propostos para garantir-se uma ação protagonista e abrangente dos jovens nas ações públicas da pólis.

Nesse momento, os jovens, na sua diversidade, serão reconhecidos como elementos centrais na produção de políticas sociais, ambientais, culturais ou educacionais; deixarão de ser identificados como objetos das ações ou como problemas a serem controlados. Passarão a ser reconhecidos como parceiros na construção de uma nova cidade, mais solidária e justa. Nesse momento, a cidade estará, em seu cotidiano, sendo revolucionada. E Sísifo poderá, então, no mundo da utopia coletiva, ser libertado de sua pena e premiado por sua ousadia maior, a de ser humano, simplesmente humano.

JAILSON DE SOUZA E SILVA é geógrafo, professor da Universidade Federal Fluminense e coordenador-geral do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

NOTAS

1 O conceito de “classe média” é caracterizado pela imprecisão. No caso específico, ele se refere a um grupo social que tem escolaridade superior, uma renda média em torno de R\$3.000,00 e, no caso específico, fixam residência em um bairro situado em área valorizada, considerando-se o mercado imobiliário do Rio de Janeiro.

2 Em vários trabalhos, temos procurado mostrar que a definição dos espaços populares a partir de termos como “carência” ou “exclusão social” é preconceituosa, desqualificadora e gera a formulação de políticas públicas autoritárias e subalternizadoras. Cf, em particular, SOUZA E SILVA, 2003 e o Índice Bibliográfico sobre as “Favelas” do Rio de Janeiro, 2005 – www.observatoriodefavelas.org.br .

3 Pesquisa realizada, em 2004, pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- _____. *La distinction – critique sociale du jugement*. Paris: Ed. Minuit, 1979a
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. São Paulo: Ed. Record, 2004.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2003
- _____. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1995
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra Editora, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG e UNESCO, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2.000.
- SOUZA E SILVA, Jailson. *Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2003.
- _____. “Um espaço em busca de seu lugar: para além dos estereótipos das favelas cariocas”. In: *Território/território*. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2003.